

CHINA: UMA EMERGÊNCIA PACÍFICA?

Dora A. E. Martins

QUANDO A CHINA DESPERTAR, O MUNDO TREMERÁ
Napoleão

AQUELE QUE É QUALIFICADO NA ARTE DA GUERRA,
SUBJUGA O INIMIGO SEM USAR A FORÇA
Sun Tzu

A ASCENSÃO DA CHINA

Desde a política de reformas e abertura ao exterior (*gaige kaifang* 改革开放) adoptada por Deng Xiaoping em 1978, a China iniciou um processo de rápido crescimento económico, tal como se pode verificar nos números sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (Quadro 1). Durante a primeira metade da década de 90, a economia crescia a um ritmo acelerado de mais de 10 por cento e, mesmo apesar do abrandamento verificado na segunda metade dessa década, o seu crescimento percentual não desceu abaixo dos sete por cento.

Neste momento, a China é a quarta maior economia mundial, à frente da França e do Reino Unido, assim como o quarto maior mercado mundial e o maior receptor de investimento directo estrangeiro. Estes factores estão interrelacionados, uma vez que um dos principais motivos do acelerado crescimento económico da China é exactamente o elevado investimento estrangeiro, para além da mão-de-obra numerosa e barata, da crescente industrialização e de elevados níveis de poupança. Ao mesmo tempo, o Governo chinês está também a incentivar a internacionalização das empresas chinesas, através da sua política *zou chuqu* (走出去), traduzida em inglês por «go global» mas que, em mandarim, significa simplesmente «ir para fora». Esta estratégia já está a colher os seus frutos, pois, segundo dados do Ministério do Comércio chinês, em 2005 o investimento dos empresários chineses no estrangeiro aumentou 26 por cento em relação ao ano anterior, totalizando 6,9 mil milhões de dólares americanos¹. Este valor é, contudo, reduzido se o compararmos com o investimento que a China recebe do estrangeiro, superior a 60 mil milhões de dólares americanos por ano.

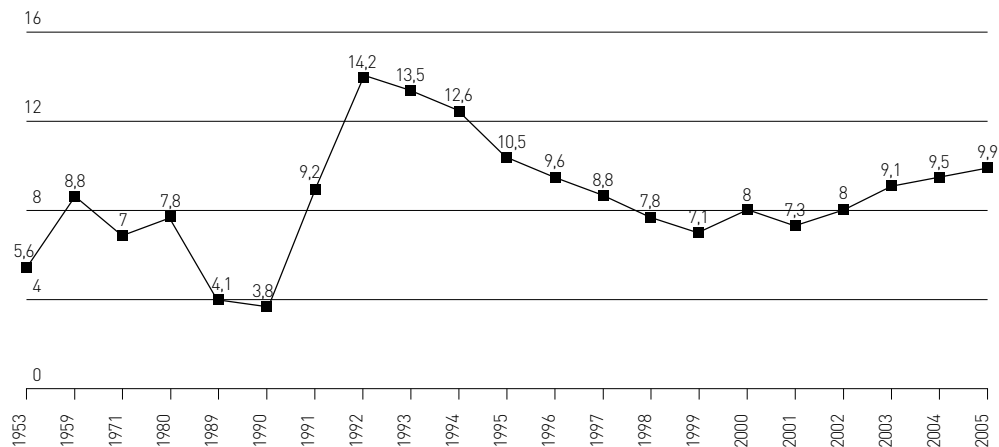
O Governo chinês está a promover a industrialização da China para se tornar numa base manufactureira, montando bens importados principalmente da região asiática e vendendo-os aos países desenvolvidos. Ao mesmo tempo que produz bens relativamente baratos de mão-de-obra intensiva, possui também uma razoável produção de bens tecnologicamente avançados.

Contudo, a China ainda continua a ser um país em vias de desenvolvimento. Pequim adoptou uma estratégia em três passos para alcançar a modernização: construir uma

Quadro 1 > Crescimento do PIB da China (%)

	1953	1959	1971	1980	1989	1990	1991	1992	1993	1994	
	5,6	8,8	7,0	7,8	4,1	3,8	9,2	14,2	13,5	12,6	
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	10,5	9,6	8,8	7,8	7,1	8,0	7,3	8,0	9,1	9,5	9,9

Fonte: National Bureau of Statistics of China <<http://www.stats.gov.cn/>>

Gráfico 1 > Crescimento do PIB (%)

Fonte: National Bureau of Statistics of China <<http://www.stats.gov.cn/>>

sociedade modestamente acomodada até 2020, alcançar um estágio médio de desenvolvimento em 2049 e, a partir desse ano, tentar alcançar o nível de um país desenvolvido. No entanto, para conseguir atingir esses objetivos o Governo chinês ainda precisa de resolver alguns problemas. Para responder às necessidades de industrialização, a China está a tornar-se num grande consumidor de matérias-primas, especialmente de recursos energéticos. Por exemplo, desde 1993, a China tornou-se num importador de petróleo e, dez anos mais tarde, tornou-se no segundo maior importador mundial deste recurso, logo a seguir aos EUA e à frente do Japão. É também o maior consumidor de cimento e um grande consumidor de gás natural. Por outro lado, a China depara-se com graves desequilíbrios regionais, na medida em que o crescimento económico se concentra nas zonas costeiras e nas cidades. Terá também de resolver graves problemas estruturais ligados ao crescente desemprego, à ineficácia das empresas estatais, à ausência de uma rede social efectiva, à reforma do sistema financeiro, à corrupção, à contrafacção e à especulação imobiliária, entre outros. A degradação ambiental provocada pelo desenfreado crescimento económico é outro problema sério. A gravidade destes problemas tem levado alguns analistas a duvidar das possibilidades de sucesso do crescimento económico da China e a defender uma «teoria do colapso da China» (*zhongguo bengkuai lun* 国崩溃论)².

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001, foi um passo significativo para a economia chinesa e representou não só a criação de uma multiplicidade de oportunidades para o seu mercado, mas também a necessidade de uma crescente adequação às regras do comércio internacional.

SERÁ A ASCENSÃO DA CHINA PACÍFICA? A HERANÇA DO PASSADO

O conceito de «ascensão pacífica» está intimamente ligado à cultura e à história da China.

A idiossincrasia do povo chinês está muito ligada à ética confucionista e a uma certa ideia de pacificidade no relacionamento entre os indivíduos, que se devia reproduzir ao nível estadual. O humanismo defendido por Confúcio (551-479 a. C.) como o ideal de vida em sociedade preconiza um comportamento pró-activo de fazer aos outros o que gostaríamos que nos fizessem a nós, privilegiando a harmonia na diferença (*he er bu tong* 和而不同). Na senda confucionista, a paz é para os chineses um dos mais importantes valores (*he wei gui* 兼相爱)³. Esta ideia de paz

e harmonia estava também presente nas filosofias de Laozi (604-?) e de Mozi (480-390 a. C.), o primeiro preconizando a harmonia com a Natureza numa concepção holística do cosmos, o segundo defendendo o ideal do amor universal

(*jianxiang'ai* 和为贵), numa época em que diferentes reinos se digladiavam violentamente por conquistar os restantes. Para além destas filosofias mais ligadas à sociedade, surgiram também, neste intelectualmente fértil período das «Cem Escolas de Pensamento», importantes estratégias para conquistar e manter o poder sobre a população. É o caso do grande estratega militar chinês Sunzi que, curiosamente, defendia como a melhor estratégia conhecer muito bem o inimigo para o subjugar sem usar a força⁴.

Como parte da tradição cultural da China, a ideia de paz e harmonia continua a marcar a cultura estratégica chinesa contemporânea, manifestando-se na formulação da política externa. Ainda que os governantes chineses tenham tido, ao longo da sua história, comportamentos mais violentos, nomeadamente lutando contra ataques dos povos nómadas do Norte, o relacionamento pacífico com o exterior predomina, como o demonstram o sistema dos reinos tributários, os contactos desenvolvidos através da Rota da Seda e as viagens do almirante Zheng He.

Após a reunificação dos Sete Reinos sob a liderança de Qin Shihuangdi, a breve dinastia Qin (221-206 a. C.) deu lugar à próspera dinastia Han (206 a. C.-220 d. C.). Nessa época, a China alcançou um elevado nível de desenvolvimento e estabeleceu relações pacíficas com os reinos vizinhos através do «sistema dos reinos tributários» (*chaogong tizhi* 朝贡体制). Segundo esse sistema, os reinos vizinhos reconheciam a China como uma civilização superior e, conseqüentemente, ofereciam um tributo. Em contrapartida, obti-

A IDIOSSINCRASIA DO POVO CHINÊS ESTÁ MUITO LIGADA À ÉTICA CONFUCIONISTA E A UMA CERTA IDEIA DE PACIFICIDADE NO RELACIONAMENTO ENTRE OS INDIVÍDUOS, QUE SE DEVA REPRODUZIR AO NÍVEL ESTADUAL.

nam protecção, sem que a China pusesse em causa a sua independência. Através desse sistema pacífico, a China estabeleceu e manteve boas relações com os reinos vizinhos. Este sistema está relacionado com a tradicional noção de harmonia abaixo do Céu (tian xia 天下), o principal propósito do imperador chinês, o representante do Céu na Terra. Também durante a dinastia Han, foi descoberta a rota ou rotas da seda⁵. Nesta época, promoveram-se os contactos comerciais entre a China e os povos da Ásia Central como forma de desenvolver um relacionamento pacífico, eventualmente os primórdios da diplomacia comercial na China. Para além desta actividade económica, realizavam-se intercâmbios culturais, que foram particularmente profícuos durante a dinastia Tang (618-907) e que contribuíram para um conhecimento mútuo e redução de desconfianças. A diplomacia comercial era complementada por uma diplomacia de dádivas, em que os imperadores chineses faziam generosas ofertas aos soberanos da Ásia Central como forma de promover um relacionamento pacífico e conseguir aliados. Apesar de muito próspera, a China privilegiou um relacionamento pacífico com os outros povos.

Este propósito mais pacífico esteve também presente nas sete viagens marítimas dirigidas pelo almirante Zheng He, na época da dinastia Ming (1368-1644). Através destas viagens, realizadas entre 1405 e 1433, a China estabeleceu relações diplomáticas, assim como laços comerciais e culturais, com numerosos povos da Ásia e África. A China alcançou grande prestígio, promovendo relações pacíficas com muitos países, através de uma política em que o tributo foi novamente utilizado como instrumento diplomático. Contudo, e como já referido, a China adoptou comportamentos violentos, especialmente com os povos nómadas do Norte. Essas atitudes foram justificadas como defesa numa perspectiva de realismo defensivo que se mantém na actualidade. Para além disso,

a China usou a força para alargar as fronteiras para territórios sobre os quais julgava possuir direitos ou para submeter soberanos rebeldes, perspectiva que se mantém nos dias de hoje. Em consequência da ocupação de que foram alvo alguns dos seus territórios, sobretudo durante o

A CHINA USOU A FORÇA PARA ALARGAR AS FRONTEIRAS PARA TERRITÓRIOS SOBRE OS QUAIS JULGAVA POSSUIR DIREITOS OU PARA SUBMETER SOBERANOS REBELDES, PERSPECTIVA QUE SE MANTÉM NOS DIAS DE HOJE.

século XIX, o Governo chinês tornou-se muito cioso da sua soberania e integridade territorial, não permitindo qualquer intenção independentista ou intervenção de governos estrangeiros. Dependendo da importância do território em causa, o Governo chinês demonstra estar disposto a preservar, por todos os meios, incluindo a utilização da força, a soberania sobre o que considera ser o seu território. Desde a implantação da República Popular da China, em 1949, os conflitos em que Pequim se envolveu foram motivados por ameaças directas ou indirectas ao seu território.

Contudo, esta é uma excepção. A característica dominante da sua política externa é a pacificidade. Enquanto Mao Tsé-Tung defendia que a China nunca devia procurar a hegemonia, Chou En-lai sugeriu a coexistência pacífica como guia para o relaciona-

mento com o exterior, através dos cinco princípios: o respeito pela soberania e integridade territorial, a não-agressão mútua, a não-interferência nos assuntos internos, a igualdade e o benefício mútuo, e a coexistência pacífica.

A POLÍTICA CHINESA ACTUAL

Na actualidade, a questão que se coloca é: irá a China emergir pacificamente?

Apresentando elevados níveis de crescimento económico, alguns analistas sugerem que Pequim pode utilizar esses recursos para se modernizar militarmente, constituindo uma ameaça para os outros países. Na realidade, as despesas militares têm vindo a aumentar ao longo dos anos. Em Março deste ano, as autoridades chinesas divulgaram o orçamento militar nacional: 35 100 milhões de dólares americanos, o que representa um aumento de 14,7 por cento em relação ao ano anterior⁶. De acordo com certas estimativas, o verdadeiro valor das despesas militares é duas a três vezes superior ao publicitado, uma vez que não se incluem os gastos com a investigação em defesa, aquisições de armamento, construção militar e despesas com a Polícia Armada Popular. Contudo, o orçamento permanece muito reduzido se comparado com as despesas militares de outras grandes potências. De acordo com o último relatório do Instituto Internacional de Investigação sobre a Paz de Estocolmo (SIPRI) sobre «Armamento, Desarmamento e Segurança Internacional», a despesa militar da China terá atingido 35 400 milhões de dólares americanos em 2004 (21 830 milhões de dólares americanos segundo as autoridades chinesas), o que a coloca em quinto lugar no total mundial⁷. Muito à sua frente encontram-se os Estados Unidos, com 455 300 milhões de dólares americanos, e o Japão, com 42 400 milhões de dólares americanos, o maior orçamento militar da Ásia e quarto mundial.

Outro aspecto que tem suscitado dúvidas em relação às intenções pacíficas da República Popular da China é o seu sistema político e um forte sentimento nacionalista. Os líderes ocidentais, especialmente dos Estados Unidos, têm pressionado o Governo chinês para democratizar e liberalizar o sistema político. Contudo, é difícil adoptar um regime democrático de tipo ocidental, principalmente porque esse modelo não faz parte da cultura política chinesa. Por outro lado, nos últimos anos tem-se assistido a alguns eventos que manifestam um sentimento nacionalista acentuado, nomeadamente contra os Estados Unidos e o Japão. Duas das mais recentes demonstrações nacionalistas ocorreram contra os Estados Unidos, em 1999, após o bombardeamento da Embaixada chinesa em Belgrado, e contra o Japão, no ano passado, à volta das memórias da última guerra e do não reconhecimento da violência dos militares japoneses contra as populações civis na China. Essas manifestações nacionalistas têm sido manipuladas por Pequim como uma estratégia de unificação do povo chinês sob um ideal comum: o fantasma da ameaça estrangeira, como forma de desviar as atenções de problemas internos. Contudo, esses movimentos só são permitidos enquanto servem os interesses do governo central e as autoridades chinesas não hesitam em repor a ordem se escapam ao seu controlo.

O tamanho do território e o peso demográfico da China são outros factores que levantam alguma desconfiança por parte de outros países, especialmente os vizinhos. A China é o maior país da Ásia Oriental, com 9,5 milhões de quilómetros quadrados, onde vivem 1300 milhões de pessoas, o que poderá aumentar o temor de uma China instável. Por outro lado, as comunidades chinesas no Sudeste Asiático são numerosas, controlam sectores importantes da economia local e continuam muito ligadas à China. Essa situação tem gerado algumas suspeitas por parte dos governos e mesmo das populações locais nesses países.

Outro aspecto que tem provocado algum receio por parte dos países da região relaciona-se com alguns episódios violentos de que Pequim foi protagonista. Em Janeiro de 1995, como forma de assegurar a soberania sobre algumas ilhas do mar do Sul da China que reclama como suas, a República Popular da China ocupou o recife Mischief pertencente ao arquipélago das Spratly, que também é reclamado pelas Filipinas. Para além disso, na mesma altura, o Presidente de Taiwan, Lee Tenghui, foi autorizado a visitar os Estados Unidos e, no ano seguinte, decorreram as eleições presidenciais na Formosa. Para demonstrar o seu desagrado perante estes dois factos, Pequim ordenou a realização de exercícios militares no estreito de Taiwan como um aviso para o Governo da ilha.

Esses factos fizeram ressurgir a «teoria da ameaça chinesa» (*zhongguo weixie lun* 中国威胁论)⁸, particularmente entre os países asiáticos que se consideram mais directamente ameaçados pela principal potência regional. Para dar resposta a esta teoria e atenuar as desconfianças, os novos líderes chineses adoptaram uma «diplomacia de charme» para reafirmar as suas intenções pacíficas. O público-alvo são principalmente os países da região e os Estados Unidos. Na realidade, para alcançar o desenvolvimento económico, o seu principal objectivo, a China precisa de um ambiente internacional pacífico. Trata-se, afinal, dos dois prin-

cípios enunciados por Deng Xiaoping, em 1985: paz e desenvolvimento (*heping yu fazhan* 和平与发展)⁹. Só num ambiente pacífico a China se poderá desenvolver economicamente. Os líderes chineses sabem que os eventos externos e internos estão inter-

SÓ NUM AMBIENTE PACÍFICO A CHINA SE PODERÁ DESENVOLVER ECONOMICAMENTE. OS LÍDERES CHINESES SABEM QUE OS EVENTOS EXTERNOS E INTERNOS ESTÃO INTER-RELACIONADOS.

-relacionados. À semelhança do que ocorreu no passado, a agressão estrangeira está ligada a distúrbios internos (*nei luan, wai huan* 内乱, 外患). Em situação de instabilidade interna podem ocorrer ameaças externas, ao mesmo tempo que a instabilidade externa pode originar o caos interno. Ambas as situações são de evitar.

Neste sentido, e sobretudo desde Tian'anmen, quando distúrbios a nível interno deram origem a reacções indesejadas por parte dos governos estrangeiros, os líderes chineses têm procurado demonstrar as suas intenções pacíficas. Enquanto a «terceira geração» de líderes enunciou o «novo conceito de segurança», a «quarta geração» adoptou a ideia da «ascensão pacífica da China».

A referência explícita a um «novo conceito de segurança» (*xin anquan guan* 新安全观) apareceu, pela primeira vez, na «Declaração Sino-Russa sobre um mundo multipolar e o estabelecimento de uma nova ordem internacional» de 1997. No entanto, somente dois anos mais tarde, o Presidente chinês, Jiang Zemin, esclareceu o seu conteúdo, que incluiria quatro elementos: confiança mútua (*huxin* 互信), benefício recíproco (*huli* 互利), igualdade (*pingdeng* 平等) e cooperação (*hezuo* 合作). Em 2002, o teor dos componentes do «novo conceito de segurança» foi apresentado aos países do Sudeste Asiático, numa reunião da ASEAN, sendo o último elemento substituído por coordenação (*xiezuo* 协作), sem que isso represente uma alteração significativa do seu conteúdo¹⁰.

«A confiança mútua significa que todos os países deviam ultrapassar as suas diferenças de ideologia e sistema social, abandonar a mentalidade da Guerra Fria e da política de poder, e abster-se da suspeita e hostilidade mútuas. Deviam manter um diálogo frequente e intercambiar relatórios sobre as suas políticas de segurança e defesa e grandes operações militares.

O benefício recíproco significa que todos os países deviam preencher as necessidades objectivas de desenvolvimento social nesta era de globalização, respeitar os interesses de segurança de cada um e criar condições para a segurança dos outros, enquanto assegurem os seus próprios interesses de segurança com vista a alcançar a segurança comum.

A igualdade significa que todos os países, grandes ou pequenos, são membros iguais da comunidade internacional e devem respeitar-se mutuamente, tratar-se como iguais, abster-se de interferir nos assuntos internos de cada um e promover a democratização das relações internacionais.

A coordenação significa que todos os países devem procurar a resolução pacífica das suas disputas através da negociação e promover uma cooperação alargada e profunda em assuntos de segurança de interesse comum, como forma de eliminação de potenciais perigos e evitar a eclosão de guerras e conflitos.»¹¹

Finalmente, este «novo conceito» não é muito inovador, uma vez que os seus componentes são quase coincidentes com os cinco princípios de coexistência pacífica. A sua principal novidade reside no facto de os líderes chineses se terem manifestado mais assertivos na apresentação de um modelo de relacionamento entre os estados. As principais características deste conceito são a segurança compreensiva e a segurança cooperativa. A segurança é tomada holisticamente, incluindo não somente a tradicional componente militar, mas também os aspectos económico, cultural, social, ambiental, etc. Ademais, é reforçado o carácter cooperativo da segurança, devendo haver coordenação entre as acções dos estados para resolver problemas de interesse comum. Estas características demonstram uma índole pacífica e harmoniosa que os líderes chineses pretendem atribuir à sua política externa.

Na sequência dessa concepção, a geração seguinte de líderes, a quarta segundo a qualificação geralmente adoptada pelos analistas em assuntos chineses, teve de engendrar uma nova ideia para projectar uma imagem internacional de potência responsável que não deve ser temida pelos outros países.

Desde a sua ascensão ao poder, o Presidente Hu Jintao e o primeiro-ministro Wen Jiabao sempre defenderam os seus propósitos pacíficos nos encontros com líderes internacionais. Em 2003, houve discussões no Partido Comunista da China sobre o conceito ou a estratégia internacional a adoptar. Foi então que surgiu o conceito de «ascensão pacífica da China» (*zhongguo heping jueqi* 中国和平崛起)¹², sublinhando-se que a China devia adoptar uma via pacífica quando se estivesse a desenvolver. Esse conceito foi criado pelo vice-presidente da Escola do Partido Comunista chinês, Zheng Bijian, e apresentado no Forum Boao 2003¹³.

Esta concepção foi adoptada pelos líderes chineses e incluída nos discursos oficiais, nomeadamente pelo primeiro-ministro e pelo Presidente. Em Dezembro, tanto o primeiro-ministro Wen Jiabao como o Presidente Hu Jintao fizeram referência à «ascensão pacífica», o primeiro no seu discurso na Universidade de Harvard e o segundo no discurso de comemoração do 110.º aniversário do nascimento de Mao Zedong. Depois de descrever a China como uma civilização pacífica ao longo dos tempos, Wen Jiabao sublinhou:

«A China é um grande país em vias de desenvolvimento. Não é apropriado, nem possível, dependermos dos países estrangeiros para nos desenvolvermos. Devemos e podemos depender dos nossos próprios esforços. Por outras palavras, enquanto nos abrimos ainda mais ao exterior, devemos inteira e mais conscientemente depender das nossas próprias inovações estruturais, expandir constantemente o mercado interno, converter as enormes poupanças dos cidadãos em investimento, e melhorar a qualidade e progresso científico e tecnológico para resolver os problemas de recursos e de ambiente. É aqui que reside a essência da via chinesa da ascensão e desenvolvimento pacífico.»¹⁴

Como tal, as duas principais características associadas à ascensão da China devem ser a paz e a independência.

Contrastando com outros países ao longo da história, os líderes chineses defendem um modelo pacífico de ascensão. A China não procura a hegemonia (*bu dang tou* 不当头), como os Estados Unidos, nem uma via violenta de ascensão, como a Alemanha ou o Japão no passado. Por outro lado, teoricamente, a ascensão será feita através dos seus próprios esforços, sem representar dano para os outros países. O primeiro-ministro explicou os cinco aspectos associados à ascensão pacífica: a China deve apro-

A CHINA NÃO PROCURA A HEGEMONIA, COMO OS ESTADOS UNIDOS, NEM UMA VIA VIOLENTA DE ASCENSÃO, COMO A ALEMANHA OU O JAPÃO NO PASSADO.

veitar a paz mundial e desenvolver-se; fá-lo-á pelo seu próprio esforço baseada na sua própria força mas mantendo também uma política de abertura e desenvolvendo trocas económicas e comerciais com os todos os países amigos; esta ascensão exigirá um longo período de tempo e trabalho árduo do povo; e, finalmente, a ascensão não representará obstáculo ou ameaça para os outros países¹⁵.

A China defende que o seu crescimento beneficia os países vizinhos e o mundo em geral, numa ideia de prosperidade comum, um jogo de soma não-nula. Na realidade, o crescimento da China e inclusivamente a sua decisão de não desvalorizar o yuan aquando da crise financeira asiática de 1997-1998, tem representado novas oportunidades para os países asiáticos. Ainda que alguns países se sintam ameaçados, a verdade é que o crescimento da China estimula o crescimento das outras economias asiáticas, nomeadamente a japonesa.

A ideia da «ascensão pacífica da China» foi criada para limitar as apreensões dos líderes asiáticos em relação à China como competidor económico. Ao transmitir uma atitude pacífica em relação àqueles países, a China espera deles um comportamento recíproco e, eventualmente, apoio contra a presença dos Estados Unidos na Ásia, ou contra uma eventual oposição dos Estados Unidos à China. Através dessa estratégia, materializada em parcerias e acordos bilaterais e multilaterais, a China está a criar uma «zona tampão» ao redor das suas fronteiras para se proteger dos Estados Unidos.

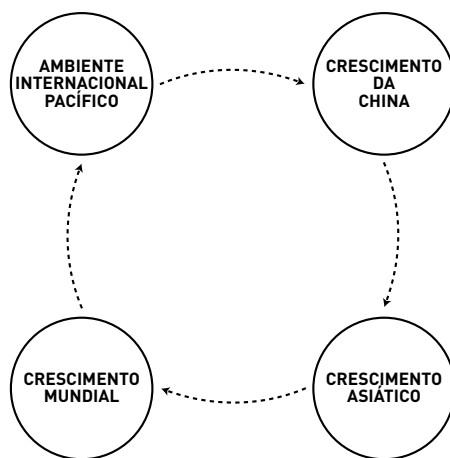
A partir de meados de 2004, a expressão «ascensão pacífica da China» começou a ser menos usada acabando por desaparecer dos discursos oficiais. Essa alteração foi encorajada por Jiang Zemin, que continuou a ser presidente da Comissão Militar Central até Setembro de 2004. Ao defender a primazia do Exército para assegurar uma nação próspera, Jiang considerava que a expressão «ascensão pacífica» não seria completamente correcta. Não se devia negar a possibilidade de um desfecho violento em certas crises, nomeadamente no caso da questão de Taiwan. Se os líderes da ilha demonstrarem intenções independentistas, Pequim admite usar a força para recuperá-la. A facção de Jiang Zemin apresenta duas outras possibilidades de uso da força: contra o Japão e contra os Estados Unidos, o primeiro devido à sua atitude em relação ao passado com a China e o último numa possível intervenção na questão da Formosa.

Por outro lado, alguns autores chineses consideram o termo «ascensão» inexacto pois não corresponde à realidade. Tal como descrito anteriormente, a China ainda tem muitos problemas para resolver para se considerar como uma potência emergente, quanto muito uma potência «em processo de ascensão». Outros autores consideram-na uma designação negativa pois está associada à ideia de supremacia e hegemonia, o que os líderes chineses sempre negaram como objectivo. Consequentemente, os líderes chineses começaram a adoptar novas expressões como «ressurgimento pacífico» (*heping fuxing* 和平复兴), «rejuvenescimento pacífico» (*heping zhenxing* 和平振兴) e, sobretudo, «desenvolvimento pacífico» (*heping fazhan* 和平发展)¹⁶.

AS IMPLICAÇÕES DA EMERGÊNCIA PACÍFICA DA CHINA

O motivo pelo qual a China adoptou esta estratégia tem a ver com o facto de que acredita que para se desenvolver precisa de um ambiente regional e mesmo mundial pacífico. Se o conseguir, o seu desenvolvimento irá impulsionar o crescimento regional, o qual por seu turno irá impelir o crescimento mundial, mantendo-se assim um ambiente internacional pacífico.

Diagrama 1



De acordo com Wang Yiwei, o modelo chinês inclui três aspectos: a ascensão da paz, a ascensão pela paz e a ascensão para a paz¹⁷. Significa que o ambiente pacífico da Ásia contribuiu para a ascensão da China e agora a China está a promover o seu desenvolvimento, interna e externamente de uma forma pacífica, assim como o desenvolvimento na região e no mundo.

No entanto, tal como Frank Ching refere, «Pequim deve ter em conta que o mundo não estará somente a prestar atenção às suas palavras, mas também às suas acções»¹⁸. E qual tem sido o comportamento da China?

De uma forma geral, o Governo chinês está a usar uma estratégia mais abrangente para passar a mensagem do desenvolvimento pacífico. Os líderes chineses aperceberam-se que o *soft power* é mais importante, pelo que o estão a utilizar com todos os tipos de países: desenvolvidos, vizinhos e do Terceiro Mundo.

O maior parceiro da potência emergente são os Estados Unidos mas a China não quer ficar dependente da superpotência, pelo que usa a diplomacia para se aproximar de outros países desenvolvidos, como os da União Europeia (UE). Desde 2004, com o alargamento, a UE a 25 é já o seu maior parceiro comercial. De acordo com o carácter independente da sua política externa, o Governo chinês procura diversificar o mais possível os seus relacionamentos externos. Nas últimas décadas, a China tem procurado promover o relacionamento com os países vizinhos e ao mesmo tempo com os países do Ter-

ceiro Mundo. A China procura diversificar os mercados para os quais escoar os seus produtos, assim como as fontes de recursos que precisa para crescer.

Na prática, a China está a envolver-se cada vez mais nos assuntos internacionais, não somente regionais, mas também mundiais. Desenvolve boas relações com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), nomeadamente através da assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação, do Código de Boa Conduta, do Acordo de Zona de Comércio Livre, e concedendo apoios às vítimas do maremoto na Ásia. A China é também um dos maiores defensores de uma estrutura de cooperação da Ásia Oriental, incluindo os países da ASEAN, China, Coreia e Japão. Melhorou as relações com dois dos seus mais importantes vizinhos, a Índia e a Rússia. No Nordeste asiático, tem desenvolvido esforços para resolver a questão do armamento nuclear norte-coreano. A nível mundial, tem demonstrado uma atitude mais activa ao nível das Nações Unidas, participando em forças de manutenção de paz. À medida que a China se integra mais no sistema internacional e participa nas suas instituições, deve assumir mais responsabilidades e obrigações. Quanto mais integrada se sentir, menos hipóteses existem de que assuma um comportamento violento.

Estará esta estratégia a funcionar? De acordo com uma sondagem realizada a cerca de 17 mil pessoas em dezasseis países em 2005, a imagem internacional da China é mais favorável do que a dos Estados Unidos, ainda que o crescente poderio económico e militar suscite uma grande atenção, sobretudo na Europa e na Ásia¹⁹.

Contudo, uma questão pode ser suscitada: se a China procura uma via pacífica, por que precisa de um exército forte?

Os líderes ocidentais são geralmente muito críticos das despesas militares da China e levantam grandes suspeitas sobre as chamadas intenções pacíficas de Pequim²⁰. John Mearsheimer, da Universidade de Chicago, tem dúvidas sobre se a China pode emergir pacificamente, prevendo que «os Estados Unidos e a China irão provavelmente envolver-se numa intensa competição de segurança com considerável probabilidade de conflito»²¹. O secretário da Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, foi mais longe ao afirmar que as despesas militares de Pequim ameaçavam não somente Taiwan e os Estados Unidos, mas também o delicado equilíbrio de segurança da Ásia²². Apesar da colaboração sino-americana na luta contra o terrorismo, os Estados Unidos continuam a ter sérias suspeitas em relação à China, pressionando-a em diversas questões como o sistema político, os direitos humanos, ou mesmo o sistema económico. Na realidade, essas críticas mascaram uma intenção de fazer abrandar ou travar o crescimento da China, evitando que se torne num competidor estratégico dos Estados Unidos no campo económico e da defesa. Em contrapartida, os Estados Unidos continuam a vender armamento à Formosa através do Taiwan Relations Act de 1979, para contrabalançar o peso da China. Contudo, demasiada pressão pode tornar a China perigosa. Segundo Henry Kissinger, essa estratégia de contenção não resultará pois «o desafio que a China apresenta no futuro de médio prazo será, muito provavelmente, político e económico, e não militar»²³.

Finalmente, os líderes chineses justificam as suas despesas com a defesa com a expressão *fuguo qiangbing* (富国强兵), ou seja, «nação próspera, exército forte». A China está a desenvolver a sua economia, ao mesmo tempo que fortalece o seu exército. Um dos seus objectivos é preparar-se contra qualquer ataque que possa eventualmente desestabilizar a economia. Na 15.^a sessão de estudo em Julho de 2004 foi adoptada a estratégia de «preparar para a guerra, falando de paz» (*neng zhanfang, neng yanhe* 能战方能言和). A preparação para a guerra pode adiar ou mesmo evitar a guerra. A ameaça do uso da força pode ser um dissuasor mais eficaz do que o efectivo uso da força. Isso tem a ver com a estratégia enunciada por Sunzi: «aquele que é qualificado na arte da guerra, subjuga o inimigo sem combater»²⁴. Segundo os líderes chineses, a modernização do Exército não significa que se está a preparar o conflito. Antes, as forças militares são necessárias para alcançar os objectivos políticos e, salvo excepção, é isso que fazem todos os países.

A China usará a força somente em caso de ameaça directa aos seus interesses nacionais inalienáveis, como a tentativa de independência da Formosa, ou uma ameaça à sua soberania sobre as ilhas do mar do Sul da China. Trata-se de uma questão de princípio que a

China quer evitar perder a qualquer custo.

Aliás, a estratégia de «preparar para a guerra, falando da paz» foi adoptada na mesma altura em que Jiang Zemin criticou a ideia da «ascensão pacífica», salvaguardando a possibilidade de comportamento violento em casos específicos. Os líderes chineses defendem que a China é um país

A CHINA USARÁ A FORÇA SOMENTE EM CASO DE AMEAÇA DIRECTA AOS SEUS INTERESSES NACIONAIS INALIENÁVEIS, COMO A TENTATIVA DE INDEPENDÊNCIA DA FORMOSA, OU UMA AMEAÇA À SUA SOBERANIA SOBRE AS ILHAS DO MAR DO SUL DA CHINA.

pacífico, mas não pensarão duas vezes se, por exemplo, os líderes de Taiwan tomarem o caminho da independência. Eventualmente, se os Estados Unidos se envolverem nessa questão, há uma possibilidade de conflito entre os dois países, pelo que a China deve estar preparada.

Os líderes chineses adoptaram um realismo defensivo, o que significa que se investe na defesa para evitar perdas e não para conquistar, como fazem os realistas ofensivos. A intenção do Governo chinês não é intimidar os seus vizinhos asiáticos, mas tão-só enviar um aviso a Taiwan. Além disso, a Formosa é considerada como um assunto interno e não internacional. Quanto muito, trata-se de um assunto internacionalmente relevante, segundo a terminologia de Adriano Moreira.

Foi exactamente neste sentido que, em Março do ano passado, foi aprovada uma lei anti-secessão para evitar que os líderes formosinos tomem alguma acção independentista. Apesar das críticas de que esta lei foi alvo, é muito mais passiva do que a anterior atitude do Governo chinês de exigir a reunificação da pátria. Neste momento, Pequim só pretende evitar acções pró-independência, nomeadamente um referendo ou uma revisão constitucional. O Governo chinês defende que, mais tarde ou mais cedo, recuperará o governo sobre a ilha, seja por meios económicos, seja pela força. Finalmente, Taiwan

é uma questão de princípio e a China não tolerará que o seu território seja separado, especialmente depois do «humilhante passado de invasão estrangeira», como é conhecido nos anais da história da China o último período de declínio imperial.

CONCLUSÃO

Ao analisar o comportamento passado da China, particularmente no que diz respeito ao relacionamento externo, podemos retirar algumas ilações prospectivas. No futuro, a China será uma potência com um comportamento na maior parte das vezes pacífico, mas que não hesitará em usar a força para defender os seus interesses, principalmente aqueles que dizem respeito à soberania.

Parece-nos que a China nunca será uma superpotência no pleno sentido da expressão, isto é, a todos os níveis. Poderá chegar a ser uma grande potência económica e até militar, mas não uma grande potência política ou cultural. A economia chinesa cresce efetivamente a um ritmo bastante acelerado. Actualmente, a sua dimensão corresponde a metade da economia norte-americana e, se continuar a crescer anualmente a seis por cento, enquanto os Estados Unidos crescem a dois por cento, poderá atingir a paridade em 2025, tornando-se numa grande potência económica. Contudo, ao nível político, o sistema chinês é muito específico, não se prevendo que possa servir como modelo para os outros países do mundo. A China não terá capacidade de influenciar política e culturalmente os outros países, com excepção de alguns países asiáticos cuja concepção do mundo se aproxima da chinesa. Talvez a China se torne na maior potência regional, mas globalmente a sua influência será limitada.

Em geral, o comportamento da China será pacífico. Tal como referido anteriormente, a China precisa de um ambiente internacional pacífico para crescer e para se desenvolver. Os líderes chineses já se aperceberam, com Tian'anmen, que as consequências de uma atitude internacionalmente condenável podem ser negativas para a sua economia. Há que evitar a repetição dessas situações a todo o custo. Por um lado, o Governo chinês não revela pretensões violentas e, por outro, a própria sociedade internacional não aceitaria tal comportamento, e muito menos aspirações hegemónicas. Será muito difícil para qualquer país assumir um lugar de destaque entre as grandes potências internacionais, logo à partida porque teria a oposição dos EUA. Por outro lado, as outras grandes potências, em conjunto, não o permitiriam. Aliás, o poder económico chinês demonstrado nos últimos anos tem sido alvo de uma certa sinofobia em alguns países europeus e nos Estados Unidos, o que não é desejável para Pequim.

Adepta de um realismo defensivo, a China poderá eventualmente ter comportamentos mais violentos em questões que ponham em causa a sua soberania e integridade territorial, mas só enquanto tal não for possível de assegurar por outros meios. Será o caso típico de Taiwan. **RJ**

NOTAS

- 1 «China: Foreign investments up 26 percent», *Associated Press*, 10 de Fevereiro de 2006.
- 2 Veja-se a título de exemplo CHANG, Gordon C. – *The Coming Collapse of China*, Londres: Arrow Books, 2001.
- 3 *The Confucian Analects*, capítulo I – 12, Changsha: Hunan Press, 1992, p. 69. 论语, 10 12, 长沙, 论语, 湖南出版社, 1992, 68 页).
- 4 SUN ZI – *The Art of War*, capítulo 3 – «Attacking by Stratagem», Pequim: People's China Publishing House, 1995, p. 29.
- 5 A Rota da Seda foi descoberta acidentalmente por Zhang Qian, quando foi enviado pelo imperador chinês, em 139, à Ásia Central em busca de aliados. Na realidade, este enviado acabou por descobrir que os povos da Ásia Central estavam extremamente interessados em bens chineses, em especial a seda, que já comercializavam. Ao regressar à corte, o enviado aconselhou o imperador a fomentar essas rotas comerciais, como forma de alcançar a prosperidade.
- 6 LI Fangchao e JIAO Xiaoyang – «Defense budget set to 14,7% rise», *China Daily*, 6 de Março de 2006.
- 7 *Apud* CHEN Xulong – «Truth about Military Spending», *Pequim Review*, vol. 48, n.º 27, Julho de 2005, pp. 10-13.
- 8 Segundo a sistematização de Emma V. Broomfield, podem distinguir-se três tipos de ameaças: ideológica, militar e económica. («Perceptions of Danger: the China

threat theory», *Journal of Contemporary China*, 2003, n.º 12, pp. 265-284). Sobre este assunto veja-se também YEE, Herbert e STOREY, Ian (ed.) – *The China Threat: Perceptions, Myths and Reality*, Londres: Routledge Curzon, 2002, e também LU Gang e GUO Xuetang – *Quem Ameaça a China? Interpretação sobre a «Teoria da Ameaça Chinesa»*, Xangai: Editora Xuelin, 2004. [阎明, 郭学堂, 中国威胁谁 解读“中国威胁论”, 上海: 学林出版社, 2004].

9 DENG Xiaoping – «Peace and development are the two outstanding issues in the world today». In *Selected Works of Deng Xiaoping*, Vol. III (1982-1992).

10 Para um entendimento mais aprofundado sobre este conceito, veja-se MARTINS, Dora – «O novo conceito de segurança: algumas considerações». In AMARO, Ana Maria e MARTINS, Dora (coord.) – *Estudos sobre a China VII*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005, pp. 565-606.

11 «China's Position Paper on the New Security Concept», Genebra, 6 de Agosto de 2002. In <www.nti.org>

12 Sobre este tema, veja-se, por exemplo, PENG Peng (ed.) – *Peaceful Rising Theory – The Path of China becoming a Great Power*, Guangzhou: Guangdong People's Press, 2004. [彭澎(主编)和平崛起论-中国重塑大国之路, 广州, 广东人民出版社].

13 ZHENG Bijian – «New path of China's peaceful rise and the Future of Asia».

14 «Full text of Premier Wen's speech at Harvard», 12 de Dezembro de 2003.

15 «Full text of Chinese premier's press conference», 15 de Março de 2004.

16 Em Dezembro de 2005, foi publicado um Livro Branco sobre a Via Pacífica do Desenvolvimento da China.

17 WANG Yiwei – «The dimensions of China's peaceful rise». In *Asia Times*, 14 de Maio de 2004.

18 CHING, Frank – «Actions speak louder than words». In *South China Morning Post*, 25 de Fevereiro de 2004.

19 «China "is more popular" than US». In *BBC online*, 23 de Junho de 2005.

20 Veja-se por exemplo MOSHER, Steven W. – *Hegemon: China's Plan to Dominate Asia and the World*. São Francisco: Encounter Books, 2000.

21 MEARSHEIMER, John J. – «Better to be Godzilla than Bambi». In *Foreign Policy Special Report*, Janeiro-Fevereiro de 2005, p. 47.

22 SHANKER, Thom – «Rumsfeld issues a sharp rebuke to China on arms». In *The New York Times*, 4 de Junho de 2005.

23 KISSINGER, Henry – «China: containment won't work». In *The Washington Post*, 13 de Junho de 2005.

24 SUN ZI – *The Art of War*, capítulo 3 – «Attacking by Stratagem», Pequim: People's China Publishing House, 1995, p. 29.

BIBLIOGRAFIA

China's Peaceful Development Road, Dezembro de 2005.

CHANG, Gordon, *The Coming Collapse of China*, Londres: Arrow Books, 2001.

DENG Xiaoping – «Peace and Development are the two outstanding issues in the world today». In *Selected Works of Deng Xiaoping*, Vol. III (1982-1992).

GURTOV, Mel – «China Rising: Threat or Opportunity?». In *Pacific Asia? Prospects for Security and Cooperation in East Asia*, Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2002, pp. 91-140.

LIEBMAN, Alex – «Trickle-down Hegemony? China's 'Peaceful Rise' and Dam Building on the Mekong». In *Contemporary Southeast Asia*, Vol. 27, n.º 2, 2005, pp. 281-304.

LIU Jie – *Regimenization: The Strategic Choice in Course of China's Peaceful Rise*, Pequim: Shishi Press, 2004. [刘杰, 机制化生存-中国和平崛起的战略抉择, 北京, 时事出版社, 2004].

MOSHER, Steven W. – *Hegemon: China's Plan to Dominate Asia and the World*, San Francisco: Encounter Books, 2000.

NYE, Joseph S. – «China's 'Peaceful' Rise?». In *China's Peaceful Rise, Les Cahiers du débat*, Maio de 2005.

PENG Peng (ed.) – *Peaceful Rising Theory – The Path of China becoming a Great Power*, Guangzhou: Guangdong People's Press, 2004, p. 3. 彭澎(主编)和平崛起论-中国重塑大国之路 广州 广东人民出版社].

SUTTER, Robert – «China's peaceful rise and U.S. interests in Asia». In *PacNet*, n.º 27, 2004, Honolulu: Pacific Forum CSIS. Disponível em: <http://www.csis.org/media/csis/pubs/pac0427.pdf>

WEN Jiabao, «Full text of Premier Wen's speech at Harvard». In *People's Daily*, 12 de Dezembro de 2003.

WEN Jiabao, «Full text of Chinese premier's press conference». In *People's Daily*, 15 de Março de 2004.

XU Chengfang – *Peaceful General Plan – Research on Chinese Diplomatic Tactics*, Pequim: Shishi Press, 2001. 徐成芳, 和平方略-中国外交策略研究, 北京, 时事出版社]

YAN Xuetong [et al.] – *International Environment for China's Rise*, Tianjin: Tianjin People's Press, 1998. [阎学通(等著), 中国崛起-国际环境评估, 天津, 天津人民出版社, 1998]

ZHENG Bijian – «China's Peaceful Rise to Great-Power Status». In *Foreign Affairs*, Setembro-Outubro de 2005. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.org/20050901faessay84502/zheng-bijian/china-s-peaceful-rise-to-great-power-status.html>

ZHENG Bijian – «New path of China's peaceful rise and the Future of Asia». Disponível em <www.crf.org.cn/peacefulrise/zhengbijian.htm>